

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

12^a

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Antero Augusto Neto Lopes, Primeiro Secretário e de Maria Teresa Cordeiro Afonso, Segunda Secretária. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes trinta e nove membros dos quarenta e três que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, António de Jesus Cordeiro, João Fernando Pinto de Freitas Meira, Maria Teresa Cordeiro Afonso, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Ilídio Simões Martins, Sandra Carina Cardoso Teixeira Sampaio Mesquita, Antero Augusto Neto Lopes, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Fernando António Atanásio Pereira, Cândido Francisco Fernandes, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, Armando do Nascimento Cordeiro, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, José dos Santos Carrasco, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, José Augusto Rodrigues Mendes, António Augusto Gonçalves, Vitor Manuel Purralo Madaleno, António Luis Bernardo Martins, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, Luis Filipe Silva Parreira em substituição do Senhor José Carlos Ferreira Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, António dos Santos Aleixo, Luis António Rodrigues Fernandes, José António Freitas, Martinho do Nascimento Major, Armando dos Santos Marcos em substituição do Senhor José António Patrão, Presidente da Junta de Freguesia de Penas Roias, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, Carlos Alberto Sousa Reis, António Cândido Batista Cordeiro, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vitor Manuel de Oliveira Coelho, António José Marcos, Américo Rodrigues, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Manuel Maria Sousa, Manuel dos Anjos Garcia. -----

----- Foi justificada a falta aos membros Ester de Fátima Parra Martins e Filipa Isabel Serafim Martins.-----

-----Não apresentaram justificação os membros José Maria Preto e Belarmino Silvestre Pinto.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem do Dia:-----

-----1. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----1.1 *Ata da Sessão Ordinária do dia 18 de dezembro de 2015 – Apreciação e Deliberação.*-----

-----1.2 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.*-----

-----1.3 *Período de Intervenção do Público.*-----

-----1.4 *Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.*-----

-----2. PERIODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----2.1 *Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.*-----

-----2.2 *Reconhecimento do interesse público municipal na regularização das atividades económicas existentes no concelho nos termos do disposto na alínea a) do nº4 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 165/2014, de 05 de novembro – Análise e deliberação.*-----

-----2.3 *Pedido de Adelina Bento para emissão de deliberação de reconhecimento de interesse municipal à existência de atividade pecuária - Análise e deliberação.*-----

-----2.4 *1ª Revisão do Orçamento Municipal da Receita do Ano de 2016 – Análise e deliberação.*-----

-----2.5 *3ª Alteração do Orçamento Municipal da Despesa – Para conhecimento.*-----

-----2.6 *Regulamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do município de Mogadouro – Análise e deliberação.*-----

-----2.7 *Pedido da Junta de Freguesia de Travanca para apoio na remodelação de um “lagar” a conceder nos termos do Regulamento de Formas de Apoio às Freguesias do Concelho de Mogadouro - Para conhecimento.*-----

-----2.8 *Designação de um membro da Assembleia Municipal para integrar a Comissão alargada da CPCJR de Mogadouro em Substituição de Filipa Isabel Serafim Martins.*-----

-----2.9 *Eleição de um representante dos Presidentes de Junta de Freguesia/Unões de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal.*-----

-----3. *Outros assuntos.*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos e cumprimentou todos os presentes. -----

-----O Presidente da Assembleia apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Ata da Sessão Ordinária do dia 18 de dezembro de 2015 – Apreciação e Deliberação.*-----

-----Não havendo intervenções, vou colocar a ata a votação. -----

-----A ata foi aprovada por maioria, com zero (0) votos contra, uma (1) abstenção por não ter estado presente e trinta e oito (38) votos a favor. -----

----- Vamos passar ao ponto 1.2-----

-----1.2 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.*-----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que foi dado conhecimento de toda a correspondência recebida e expedida. -----

-----Passou ao ponto 1.3 -----

-----1.3 *Período de Intervenção do Público.*-----

-----Não havendo público para intervir passou ao ponto 1.4 -----

-----1.4 *Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.*-----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “só duas pequenas questões sobre a informação da agenda de trabalhos, senhor Vereador Evaristo Neves, senhor Vice-presidente numa reunião com o Dr. António Rodrigues das Infraestruturas de Portugal, parecer da variante ao IC5, abertura do nó do IC5, a minha pergunta é se para além do que eu penso ser a base desta reunião que trata das acessibilidades à Zona Industrial, se foi tratado, se continuou a ser tratado, ou se já foi posto completamente de lado o problema aqui levantado há meses sobre a ligação ao IC5 através da Avenida de Espanha, salvo erro, pela antiga estrada de Zava. -----

-----A senhora Vereadora Joana Vicente da Silva diz aqui no dia 27 de janeiro, reunião do núcleo executivo, executivo de quê, de que é este núcleo? Se fizer o favor.” -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “um dos assuntos que trago aqui, é a constituição das Mesas de voto para as eleições do Presidente da República, o senhor Presidente disse que a lei lhe imputava a ser ele a constituir as mesas, não ouviu os partidos da oposição e impôs o uso do seu poder, mas usando o seu poder, senhor Presidente, vou-lhe informar que constituiu uma mesa ilegal, a da Junta de Freguesia de Brunhoso, porque o senhor Presidente da Mesa que foi nomeado não é eleitor nessa freguesia, mais uma vez não quis ouvir a oposição e fez essa ilegalidade. -----

-----Em relação a outra situação que eu pus aqui na última reunião, a situação do cilindro velho, eu vi-o passar num camião de uma empresa, para Bragança, queria saber se está para reparação, ou se foi vendido? São só estas duas questões.” -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “relativamente à questão

do senhor Ilídio, na reunião que tive nas Infraestruturas de Portugal, os dois assuntos que me levaram lá têm a ver com a abertura do nó ao IC5 aqui na Avenida de Espanha, que espero que tenhamos uma decisão para breve, uma decisão favorável, obviamente. A segunda questão tem a ver com a sinalização de Espanha no nó de Travanca, é uma situação que queríamos ver resolvida, que já se arrasta há algum tempo e também foi essa uma das razões que me levou lá. -----

-----Relativamente ao senhor José Branco, eu vou responder da parte do cilindro, que diz mais respeito aos meus pelouros, o cilindro está lá em cima no armazém da Câmara, se alguém o quiser ver agora e já é ir lá.” ----

► **JOANA SILVA** usou da palavra e disse: “o núcleo executivo é um órgão que faz parte da rede social do Município de Mogadouro, a rede social é um programa que existe, penso eu em todos os municípios, que é regulamentado pelo Decreto-Lei 116/2006, é onde se discute problemas sociais e formas de os tentar combater, o núcleo executivo é um órgão que faz parte dessa rede social, o nosso núcleo executivo é constituído por o município de Mogadouro, uma junta de freguesia que neste momento foi eleita a Junta de Freguesia de Mogadouro, Santa Casa da Misericórdia, a GNR, o Agrupamento de Escolas e o Centro de Saúde, além do núcleo executivo ainda existe o CLAS que é o Conselho Local da Ação Social que eu aproveito para apelar aqui aos senhores presidentes de junta a sua participação, que ultimamente tem sido muito diminuta”. -----

► **JOÃO MEIRA** usou da palavra e disse: “um ponto de ordem à Mesa, penso que ficou claro quando foi feito o regimento desta assembleia que as inscrições seriam só únicas, ou seja quem se inscrevia da primeira vez poderia responder a outras questões, não haveria novas inscrições”.-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “tem razão, mas antevendo a fraca participação neste ponto que é o ponto que normalmente nós amadurecemos e desenvolvemos mais os nossos trabalhos fui eu que entendi, nem sabia que ele queria intervir, mas isto é um aviso efetivo a todos quantos estão aqui, a segunda vez de intervenção é para aqueles que não se sentem ainda esclarecidos relativamente à primeira vez, não é para novas inscrições, mas se a assembleia autorizar dávamos-lhe a palavra, de facto o regimento é claro nesse aspeto, não há segundas novas intervenções, mas já houve muitas vezes.” -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “eu não tenho problema nenhum em voltar nos outros assuntos, mas como o assunto é a nomeação para as Mesas eleitorais e para não voltar nos outros assuntos ao mesmo assunto ficava já despachado agora e se o senhor presidente tivesse alguma explicação a dar daria em conjunto, mas não tenho problemas, voltarei cá nos outros assuntos”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “que fique claro que a Mesa enquanto continuar a ser Mesa não aceitará segundas

intervenções nem a uns, nem a outros, o certo é que até aqui admitimos sempre, mas foi focada a questão do cumprimento do regimento e de facto o regimento é claro nesse aspeto, portanto não há segundas intervenções, sempre primeiras intervenções, só os que intervêm da primeira vez é que têm direito de voltar outra vez à segunda, tenham paciência, daqui por diante vai ser para todos igual. -----

-----Tinha aqui um voto de louvor, já devia ter sido no ponto anterior, também já não estou a cumprir o regimento, mas é uma questão tão singular, atrevo-me a colocá-lo neste momento antes de passar para o período da ordem do dia, já houve acordo entre as duas bancadas.-----

----- «Voto de Louvor -----

-----A Assembleia Municipal vem propor um voto de louvor à equipa de futsal do Académico de Mogadouro, na categoria de juvenis por ter sido campeã distrital na época 2015/2016, e passado agora para a fase nacional» -----

-----Não havendo intervenções vou colocar a votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----2. PERIODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.*-----

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “senhor presidente no dia 10 de fevereiro o senhor reuniu-se em Picote numa reunião da CIM, corre uma informação entre nós, no nosso grupo de trabalho, que possivelmente a EDP anda com intensão de passar aquela infraestrutura para a CIM, para o turismo do Porto, para alguém, estão em questão no mínimo três postos de trabalho ali permanentemente, dois são do município de Mogadouro, portanto esta é a minha questão”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “a reunião em Picote, ela é rotativa a nível da CIM, ali neste caso foi Miranda do Douro, como tinha sido em Mogadouro anteriormente, foi feita na barragem de Picote, mas não foi diretamente com a própria EDP, portanto em relação a essa questão que me está a colocar não lhe posso adiantar nada”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos passar para o ponto 2.2. -----

-----2.2 *Reconhecimento do interesse público municipal na regularização das atividades económicas existentes no concelho nos termos do disposto na alínea a) do nº4 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 165/2014, de 05 de novembro – Análise e deliberação.* -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “de facto prende-se exatamente com a urgência que há, enquanto não houver prorrogação do prazo, há necessidade de tentarmos que estas instalações,

algumas pecuárias, que consigam pelo menos ter do nosso lado o processo despachado para poderem solicitar ao Ministério da Agricultura o seu parecer, da sua legalização e respetivo licenciamento, neste caso são aquelas que se encontram dentro do perímetro urbano, consideradas dentro do perímetro urbano, já que a Assembleia anteriormente já tinha feito a aprovação exatamente daquelas que estavam fora do perímetro urbano para acelerar estas questões, estas que vêm hoje, separadamente daquela que já tinham recebido, foram aprovadas agora na última reunião ordinária do Executivo sendo certo que como podem comprovar algumas tiveram informação técnica negativa, portanto o que propomos aqui é exatamente que a Assembleia Municipal declare de interesse municipal explorações que estão em causa, da primeira certidão que consta de 10 de fevereiro de 2016, essa foi-vos feito chegar, penso que atempadamente, as explorações em causa se repararem com a exceção de duas, uma na freguesia de Penas Roias, outra em Sanhoane, temos aí uma série delas, não sei se querem que enuncie, mas de qualquer maneira poderei fazer exatamente o enunciação das que estão em causa para serem declaradas de reconhecimento de interesse municipal a regularização destas atividades económicas que no caso de Brunhoso, é António dos Santos Silva; da Castanheira, Manuel da Conceição Pimentel; Castro Vicente - Porrais, Maria Eduarda Paiva Carvalho Canteiro; de Paradela, Luis António Major; de Saldanha - Gregos, Ilídio Fernando Rodrigues; de Sanhoane, Eduardo Augusto Martins, José Augusto Mariano e Maria Angelina Evangelista Martins; de Travanca, Elisa da Assunção Pinto; Vale de Porco, Bernardino Norberto Pino; de Vilar do Rei, Casa Agrícola Villar do Rey Lda., posteriormente e hoje receberam também uma série delas, não sei se querem que eu enuncie, de qualquer maneira mereceram também parecer positivo algumas, outras não, mas as que propõe aqui que seja declarado o reconhecimento de interesse público municipal neste caso, Orlando José Unipessoal Lda., Luis Manuel Bártolo Lopes, de Vila dos Sinos, Adérito dos Anjos Xavier, de Santiago, Manuel Joaquim Geraldês, de Santiago, Porfírio Augusto Xavier, de Santiago, José Carlos Fernandes Monteiro, de Paçó, Manuel António Pires, Figueirinha, Maria Emília Fernandes Pinto, de Linhares, Balbina dos Anjos Pacheco, de Figueira, Fausto de Jesus Pires, de Sanhoane, Manuel Nuno Martins, de Sanhoane, Manuel João Pimentel, de São Martinho do Peso, Sociedade Agrícola António Branco Lda., de Valcerto, Augusto Leopoldino Cordeiro Pimentel, de Tó, Aristides Lopes, de Urrós, Eduardo Afonso, de Urrós, António Augusto Malhado, de Urrós, José Maria Gonçalves, de Urrós, Natália de Fátima Gaspar, de Tó, Fernanda dos Anjos Cordeiro, de Valverde, Casimiro Fernando Parreira, de Saldanha, José Anjos Parreira, de Saldanha, António Higino Ribeiro, de Brunhoso, Helena Magalhães, de Brunhoso. De acordo com o parecer técnico não emitimos parecer de algumas que constam dessa certidão”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “de facto este é um ponto que também me preocupa, então a certidão que recebi ontem ainda mais confuso me deixou por quanto o que está em causa para aprovar não oferece qualquer tipo de dificuldade, no fundo o que a Câmara nos pede é que a Assembleia Municipal delibere no sentido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização destes estabelecimentos de natureza pecuária e há outros que a Câmara deliberou também não emitir e essa parte é que eu gostava que fosse bem explicitada, não emitir porquê? Dado que não houve tempo de fazer uma análise cuidada sobre esta matéria. Um vez que esta Lei permite a regularização de algo que mexia com os interesses da atividade económica do concelho que é a agricultura, se realmente nós podemos colaborar para a resolução desses problemas, outros há que não os veem resolvidos e é essa a dúvida, porque não houve tempo para fazer uma análise exaustiva dos documentos.-----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “por uma questão de facilitar os trabalhos a minha pergunta é esta, essa autorização que a Assembleia Municipal tem que prestar é pontual, isto é, para cada caso, ou pode ser genérica. Não pode ser genérica? Estou esclarecido, porque se fosse genérica pôr-se-ia à votação da Assembleia que poderia decidir que caso o Executivo assim o entendesse, automaticamente estava sancionado”.

► **ANTÓNIO MARCOS** usou da palavra e disse: “a minha dúvida é precisamente esta, no fundo da certidão que nos deram hoje, *por se localizarem em espaço urbano, em áreas devidamente infraestruturadas e junto de habitações sou de parecer que não deve ser emitida a certidão aos seguintes pedidos: José Manuel dos Santos Conde de Peredo de Bemposta, Maria Isabel Martins de Peredo de Bemposta, Maria Polónio Barros Lagareiro de Meirinhos, Francisco António Costa de Zava, Lucília dos Anjos Telo de Vila de ala e Acúrcio Augusto Marcos de Tó*, ora bem, conhecendo eu a realidade das explorações do concelho, como conheço e vendo aqui a maior parte das situações que foram aprovadas dentro do perímetro urbano não sei porquê, deixarmos estas de fora. Eu propunha a esta Assembleia, uma vez que estamos a aprovar explorações dentro do perímetro urbano junto das habitações para quê deixarmos estas de fora? Ou se faz um estudo pormenorizado, situação a situação, destas, e as aprovamos todas, ou então não sei qual a razão destas ficarem de fora, porque não é por a rua estar infraestruturada, desde que o estrume ou outros... que são criados na exploração não vazem para a rua pública, não sei porque não as havemos de aprovar, elas não interferem, o caso desta de Tó, eu falo pessoalmente da minha freguesia, não interfere nada com a via pública, a única coisa que interfere é os animais entrarem e saírem diariamente, quando saem, porque a nível de escoamento de dejetos eles vão para uns lameiros que estão nas traseiras, não correm para a via pública, a casa mais próxima de habitação está aproximadamente a 50 m,

até está desabitada inclusivamente, mas porque é que não abrimos aqui uma exceção, isto é para o bem do nosso concelho, não vamos acabar com as poucas explorações que temos, há que dar uma possibilidade às pessoas enquanto quiserem e se sentirem ativos a trabalhar, para quê fecharmos-lhe isto”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “aquilo que o senhor Presidente da Junta pediu para a Assembleia poder fazer, não pode, nós só podemos fazer uma de duas situações, ou não aprovarmos o ponto e remetê-lo à Câmara para que reconsidere a legalização destes que ficam aqui, porque como a Câmara não foi contra o parecer técnico, a Câmara fez a fundamentação conforme o parecer técnico lhe recomendou, logo, ou nós temos autoridade moral, política, para não aprovar o ponto e recomendar à Câmara um melhor estudo que contemple tudo e assim atrasamos a viabilização deste documento mais dois meses, ou então estarmos a ultrapassar aqui uma deliberação que foi tomada na Câmara com base num parecer técnico não podia ser, porque a Câmara podia chegar ao pé de nós e dizer-nos assim, embora os senhores sejam soberanos nestas decisões, mas têm que as assumir e eu aí também não partilho essa ideia, ou não aprovamos e pedimos à Câmara a reconsideração de um estudo mais exaustivo sobre esta situação, ou então temos que aprovar aquilo que eles nos pedem, porque foi aquilo que a Câmara deliberou com base numa informação de técnicos responsáveis da Câmara Municipal que naturalmente fizeram esse estudo”. -----

► **ANTÓNIO GONÇALVES** usou da palavra e disse: “eu concordo em absoluto com o Marcos, a fundamentação para não se aprovarem estas não tem razão de ser, porque as outras encontram-se na mesma situação, a maioria, e portanto, no mínimo dos mínimos, embora isto seja competência da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, no mínimo dos mínimos o Presidente da Junta de Tó pronunciou-se aqui sobre tal, sobre a exploração da freguesia dele, acho que os outros Presidentes de Junta de Freguesia e até as Assembleias de Freguesia, a opinião deles devia ter sido tida em conta, porque a fundamentação é exatamente a mesma, para aprovar ou para reprovar, e portanto não se justifica”. -----

► **MARIA TERESA VILARIÇA** usou da palavra e disse: “eu acho que me venho repetir um bocadinho relativamente àquilo que já foi dito pelos colegas anteriores, na verdade aquilo que eu gostaria, era ver esta situação clarificada, não os que vão ser aprovados e que têm parecer favorável, mesmo assim todos deviam ser bem fundamentados, caso a caso como já tínhamos falado anteriormente, na sessão anterior, mas especialmente aqueles que aqui nos são propostos para não aprovarmos, temos que perceber porque é que não aprovamos uns e aprovamos outros, eu sei que recorrem aqui ao Diário da República, mas para nós acho que no geral por aquilo que já ouvi, também nos parece que têm características semelhantes

algumas das situações, acho que é importante clarificar este assunto daqueles que não irão ser aprovados realmente. Queria dizer também que sei eu e sabemos todos, penso eu, que isso são pareceres técnicos, nós não nos vamos sobrepor aos pareceres técnicos, os técnicos da Câmara terão realmente que ser eles, como já fizeram a dar o parecer, mas têm que nos fazer compreender porque é que dão aquele parecer e não outro, nós não vamos agora aqui aprovar, ou não aprovar, votar favorável, ou não, sem saber, sem ter percebido o parecer, não queremos sobrepor-nos a eles, mas queremos perceber o parecer, este é um aspeto. Agora há outra coisa que eu gostaria aqui de dizer, porque na sessão anterior se falou aqui dos prazos, aquilo tudo, na verdade o Ministério da Agricultura permitiu não alargando o prazo que estes processos fossem todos devidamente tratados caso a caso, permitindo apenas que fossem, enfim dada entrada a uns documentos sem o processo estar devidamente instruído, agora temos aqui esta avalanche toda, porque eles terão que ser realmente todos separadamente tratados, o Ministério lá terá que os tratar depois de estarem com todos os documentos que são necessários, que um é este, de facto é urgente nós resolvermos esta situação e de facto o que nos chegou hoje, só vi agora ali não tive tempo de o conseguir analisar, mas aquilo que vejo logo é que há algumas explorações, duas são de Peredo, mas eu não me vou pronunciar sobre isso, logicamente não é a mim que me pertence, se podem ou não podem, ser aprovadas, mas gostava de perceber porque é que aquelas não são e outras são. Agora acho que sim, que é urgente e importante nós resolvermos isto, cabe agora à Câmara ver o que vai fazer, se vai manter estas propostas, se vai analisá-las melhor, mas realmente não sei se é muito justo dentro da mesma freguesia uns serem aprovados e outros não ”. -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “de encontro ao que disse o Presidente da Junta de Tó, eu venho questionar a mesma situação, eu estou aqui a ver uma em Valverde que foi aprovada, que também está dentro do perímetro urbano, está junto a casas e essa foi aprovada, o mais estranho é estas não serem aprovadas, que diz aqui, estão localizadas no espaço urbano e devidamente infraestruturadas, sim senhora e depois no ponto 2.3 vem outra situação fora deste ponto que é a mesma coisa e que também está dentro do perímetro urbano, na certidão do ponto 2.3, *a fiscalização municipal informa que o estábulo localiza-se dentro do perímetro urbano*, porque é que o ponto 2.3 vem só com uma situação de um estábulo, as outras vem aqui tudo em montão e estas cinco ou seis não são aprovadas dentro do espaço urbano e a de Valverde também foi e está na mesma situação que diz o Marcos, ou se retira este ponto hoje e vai para trás, ou aprovamos com estas cinco ou seis que estão aqui para não aprovar e a Câmara na próxima reunião fundamenta, porque é que não foram aprovadas, porque aqui na certidão não diz qual foi a razão de serem aprovadas e não aprovadas, se umas estão dentro do perímetro urbano e

têm casas ao lado, se calhar 70% destas estão todas iguais, e a questão que eu estranho aqui mais é porque é que vem o ponto 2.3 exclusivo só para um estábulo se está também dentro do perímetro urbano como diz na certidão”.

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “eu só quero aqui esclarecer o seguinte, a Câmara após o parecer técnico aprovou exatamente e propõe estas explorações, de acordo com aquele que foi o parecer técnico, os senhores podem ler, da senhora arquiteta Alexandra Machado depois de a fiscalização ter lá passado, o que ela considera é que estão dentro do perímetro urbano, mas em condições, em sede de alteração do PDM de serem consideradas solo rural, são estas, nós estamos aqui a fazer já a revisão do PDM e em sede de revisão do PDM estas estão em condições depois de serem retiradas de solo urbano e passarem a ser solo rural, eu não fui lá, melhor do que ninguém a fiscalização conhecerá e se calhar o senhor Presidente da Junta que interveio aqui em 1º lugar conhecerá as situações caso a caso melhor do que ninguém, nós só nos pronunciamos sobre aquele parecer técnico, certo. Nada impede e isto que fique bem assente, que estas explorações que estão aqui em condições de não serem aprovadas de virem pedir novamente e de não concordarem com o parecer técnico e com esta não aprovação por parte do Executivo e por isso elas não são aqui propostas. Agora os senhores, retirar o ponto da ordem de trabalhos, isso aí é com o senhor Presidente da Assembleia esta questão como sabem tem urgência, nós não queremos prejudicar as explorações em causa, mas estas explorações que entendem não estão em condições de serem desafetadas do solo urbano para serem consideradas solo rural, por isso é que tecnicamente a informação da senhora arquiteta não é favorável. -----

-----Relativamente ao ponto 2.3 e porque é que vem em separado, porque foi o único processo que entrou dentro da Câmara já devidamente fundamentado e com o requerimento do Ministério da Agricultura, é o único, e é por isso que vem em separado e nós também tivemos que o aprovar separadamente numa reunião de Câmara, é só por isso, não é por mais nada”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “temos que ver que o PDM vai ser revisto, já está a ser revisto, mas ainda não está aprovado, significa que ainda temos que nos reger pelo PDM que temos, não sei se será, ou não, prematuro, fazermos validações sem que o PDM esteja aprovado se bem que a breve prazo estará aprovado e traz grandes alterações e tudo aponta para que este novo PDM resolva de vez estas dificuldades e regularize, que dê a possibilidade de regularização destas pecuárias que ainda não estão aprovadas. Eu pergunto à Assembleia se está esclarecida e queria que efetivamente se manifestasse, ou então também se pode pedir à Câmara que possa vir cá a técnica a dar uma informação complementar, mais consciente, mais exaustiva, porque nós não queremos ser acusados de que andamos a favorecer uns e a desfavorecer outros. Eu

também me sinto confuso, sinceramente, até poderei ir por arrastamento, mas aquilo que a Assembleia Municipal entender fazer, é aquilo que vamos fazer, se entendermos que devemos aprovar, aprovamos, aquilo que nos é solicitado e conforme nos foi explicitado, se entendermos que devemos pedir a reconsideração à Câmara para que faça uma nova fundamentação, um novo esclarecimento e trazer cá para a próxima reunião, é da nossa competência, não é da competência da Câmara, nós podemos fazer isso, se entendermos que não devemos aprovar, é da nossa competência, e ao não aprovarmos a Câmara voltará novamente a criar o ponto noutra ordem de trabalhos, ninguém está aqui a criar dificuldades, nem à Câmara, nem aos nossos Agricultores. Queremos é ser conscientes e agirmos de acordo com as nossas responsabilidades, no fundo nós fomos eleitos pelos agricultores também e nós não queremos defraudar as expetativas dessa gente que confiou em nós, estamos aqui para prestar o melhor trabalho possível. Vamos abrir um novo período de intervenção uma vez que isto é duvidoso, quem desejar inscrever-se faz favor”. -----

► **ANTÓNIO MARCOS** usou da palavra e disse: “concordo plenamente com o que o senhor Presidente da Câmara aqui esclareceu, só que com uma dúvida, porque não deixarmos condicionadas, dar uma segunda possibilidade às pessoas que não têm parecer favorável, para uma segunda oportunidade, não vamos aqui estar a demorar, nem a atrasar, nem coisas parecidas, não há necessidade disso, agora que fique clarificada a situação desses quatro ou cinco donos de explorações que estão condicionadas, dar-lhe uma segunda possibilidade porque se é para os travarmos já, então eu não sou muito dessa opinião”. -----

► **FERNANDO MEIRA** usou da palavra e disse: “sobre este assunto e embora correndo o risco de repetir aquilo que já foi dito, eu arriscava a dizer o seguinte, eu penso que a Câmara, penso não, tenho a certeza que a Câmara normalmente quando decide e toma alguma decisão como esta é com base no parecer técnico, acredito também que raramente não deverá ir contra essa opinião, de qualquer forma e sendo este um assunto tão delicado, eu não sei se será possível substituir esta certidão excluindo estes quatro ou cinco elementos que estão aqui daqueles que não foram aprovados, para ficar hoje já aprovada esta e nestes para não obrigar, como aqui disse o senhor Presidente, a que estes se sintam na necessidade de fazer um novo requerimento à Câmara, dar-lhes a oportunidade de haver uma nova inspeção para poder corrigir esta situação, aprovarmos este documento sem estes elementos aqui, seria ótimo, ficava já resolvido, e estes dar-lhes a oportunidade, sem ser necessário estarem aqui a fazer o pedido outra vez”. -----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** usou da palavra e disse: “eu concordo com o que disse o senhor Presidente da Câmara, porque a Câmara em si não pode ou não deve tomar opinião, ou decisão, sobre aquilo que não é aprovado

tecnicamente, e o que é aprovado tecnicamente é aquilo que vem no documento, portanto nós não aprovarmos neste momento o que está aqui proposto, no meu entender é prejudicar as que estão em condições de ser aprovadas, mas estou plenamente de acordo que as que não são aprovadas neste momento sejam revistas futuramente, porque os proprietários não ficam impedidos de pedir segunda vez o parecer, neste momento para não prejudicar quem está a pedir, aprovávamos o documento e ficava aprovado aquilo que está pedido e as restantes não ficam impedidas de pedirem novamente a aprovação, eu penso que é esta a situação com que devemos concordar”. -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “gostaria de saber porque é que estes dois deputados do PS que falaram não tiveram uma primeira intervenção, já que também cortaram a palavra ao Martins, no ponto anterior também não falaram e vieram cá falar agora. -----

-----Em relação a este ponto e dou aqui os parabéns porque meteram aqui um achega muito boa, sim senhor aprovarmos os que estão aqui que já estão com os pareceres favoráveis, votar favoravelmente, estes cinco ou seis, serem excluídos do documento e pedia à Câmara que com os técnicos solicitassem uma reunião com estas seis pessoas e informar o que têm que fazer para serem aprovadas, o que é que eles têm que melhorar nas suas explorações para serem aprovadas. Não se podem deixar ao abandono e mandar uma carta a dizer: a sua exploração não foi aprovada”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “já foram aqui dados passos mais significativos e a conclusão a que eu no momento chego é que de facto esta certidão da forma como foi descrita embaraçou-nos um bocadinho o nosso raciocínio, porque se não viessem lá estes nomes, se viessem só os de aprovar estava resolvido, já estávamos à frente, não deviam vir nesta certidão os assuntos que ainda carecem de alguma informação complementar e aí sim já estaríamos a andar, já estava resolvido, o grande problema é que isto suscitou dúvidas e nós como responsáveis, estes têm, estes não têm, e não haver aí uma fundamentação técnica concisa isso é que nos deu estas dúvidas, mas agora acho que não há dúvidas, de facto vamos desconsiderar estes que não reúnem as condições e depois vai ser um problema deles e da Câmara e virão aqui *a posteriori*, se concordarem andávamos e resolvíamos o problema. Já nos pronunciámos suficientemente sobre o ponto 2.2, não há mais dúvidas nem mais intervenções, coloco o ponto à votação. -----

-----Aprovado por maioria com zero (0) votos contra, quatro (4) abstenções e trinta e cinco (35) votos a favor. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “senhor Presidente da Mesa, se eu bem sei ler e interpretar português o ponto 2.2 diz o seguinte: reconhecimento do interesse público municipal na regularização das atividades económicas existentes no concelho nos termos do disposto na

alínea a) do nº4 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 165/2014, de 05 de novembro – Análise e deliberação, ora se há uma prévia deliberação do Executivo e se é necessária uma deliberação desta Assembleia, essa deliberação só se pode focar, tem que se limitar àquilo que foi aprovado pelo Executivo, aquilo que não foi aprovado pelo Executivo está fora de questão, de maneira que não é necessário alteração nenhuma, já se votou, aquelas que o Executivo aprovou esta Assembleia deliberou que sim, as que o Executivo por insuficiência técnica ou por qualquer outra razão disse que não, não estão aqui em causa, nem sequer se põe essa questão”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “eu acho que a deliberação que foi tomada vai de encontro àquilo que todos queremos, que é a aprovação de todos aqueles que estão em condições de aprovar, foi aquilo que eu disse, antes de procedermos ao sentido de voto temos que votar em consciência e temos que estar com atenção, porque muitas vezes estamos a falar com o vizinho do lado e depois a concentração dispersa-se e é um problema, isso foi aqui já dito, nós só vamos aprovar o que está, aquilo que eu acrescentei foi: esta certidão, que é este documento que aqui temos é que nos introduziu algumas dúvidas que entretanto pela vossa discussão, pela vossa análise e pela informação complementar que a Câmara nos deu está ultrapassada, ou seja todos aqueles casos, e eu não vou repetir, não é com mais uma ou menos uma abstenção, Carlos, que ela não é aprovada. Está aprovada e vai de encontro aos interesses daqueles que reúnem as condições para que seja aprovada e também vai de encontro ao pedido de reconsideração daqueles que não estão aprovados e que se sintam prejudicados que vão novamente ordenar novo pedido e a Câmara irá ter isso em atenção, porque o nosso interesse é regularizar tudo. Está entendido? Posso passar a outro ponto? -----

► **ANTÓNIO GONÇALVES** usou da palavra e disse: “eu quero dizer que me absteve não por ser contra às que já tinham parecer favorável, mas por ter algumas dúvidas que as outras venham a ser consideradas em pé de igualdade e eu gostava de ver as outras aprovadas também, entendo perfeitamente aquilo que disse o senhor Ilídio Martins, mas é assim que eu penso”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “Vamos passar ao ponto 2.3 -----

-----**2.3 Pedido de Adelina Bento para emissão de deliberação de reconhecimento de interesse municipal à existência de atividade pecuária - Análise e deliberação**”. -----

-----A Câmara dispensa porque já fez essa apresentação prévia. Se não há intervenções vou colocar a votação. -----

O membro José Branco não participou da votação por motivo de ligação à família. -----

-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----Vamos passar ao ponto 2.4 e 2.5 porque estão interligados. -----

-----**2.4 1ª Revisão do Orçamento Municipal da Receita do Ano de 2016 – Análise e deliberação.** -----

-----**2.5 3ª Alteração do Orçamento Municipal da Despesa – Para conhecimento.** -----

-----Pedia à Câmara para apresentar os pontos e depois votá-los-emos em separado. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “estão e não estão interligados, no entanto posso fazer já a explicação da 1ª revisão do orçamento municipal da receita do ano de 2016, isto diz respeito a uma nota de crédito da EDP referente a 2015, mas só recebida em 2016 e portanto houve necessidade de fazer aqui a primeira alteração ao orçamento municipal da receita do ano 2016, os valores mantém-se no mesmo só que houve a entrada de cinco mil, cento e vinte e um euros e setenta e três cêntimos de uma nota de crédito da própria EDP referente a consumo de energia mas só foi recebida no ano de 2016. -----

-----Relativamente à 3ª alteração do orçamento municipal da despesa, esta sim vem aqui numa questão de dúvida levantada no próprio Executivo, foi aprovada por mim, só, porque tenho competências para fazer as alterações ao orçamento, mas a própria DGAL entende que teria que vir à aprovação da Assembleia Municipal, já que a Assembleia Municipal não podia alterar o plano que não é da competência dela, isto tem a ver exatamente com a rubrica de outros, já existe uma rubrica de senhas de presença da própria Assembleia Municipal, ou seja foi retirado da rubrica outros e introduzida a nova rubrica de senhas de presença para termos esse valor de acordo com as instruções da DGAL. *Presidente da Assembleia disse: esta é só para conhecimento? Essa carece da aprovação da Assembleia segundo informação da DGAL. Presidente da Assembleia disse: não nos foi pedido isso senhor Presidente, é por isso senhor Presidente, quando eu lhe sugeri que devíamos reunir previamente para a resolução destes problemas, eu fiz-lhe essa proposta, o senhor Presidente desde que tomou posse até à data não quis mais contas comigo e estas coisas ultrapassavam-se, porque eu tenho aqui o ponto 2.5 que nos foi enviado da Câmara: 3ª alteração do orçamento municipal da despesa, vi perfeitamente o que é que se pretendia, mas só para conhecimento, não para deliberação, o que nos pede a Câmara é para conhecimento, se é para conhecimento não carece de deliberação, eu acho, e estava habituado, e nos outros mandatos, estive sempre habituado a antes de fazer a conferência de líderes ir perfeitamente fundamentado de todas as questões que a Câmara entendia que queria que fossem aprovadas e acho que era esse o melhor caminho, eu fiz a proposta, ou a sugestão, não foi proposta nenhuma nem tenho poderes para isso, fiz a sugestão ao senhor Presidente da Câmara que de tempos a tempos, dois*



meses, três meses, aquilo que entendessem reuníamos meia hora para discutirmos estas questões e as coisas corriam muito melhor, eu também não quero entrar nem criar complicações à Câmara Municipal, porque eu quando tomei posse disse que iria exercer o meu mandato com estreito respeito pela instituição, o que é certo é que..., agora se isto carece de alteração, eu para alterar o que aqui está escrito, vou pedir autorização à Assembleia Municipal e isto era inusitado, julgo eu, se realmente da nossa parte houvesse um bocadinho de respeito pela institucionalidade dos órgãos estas coisas estavam ultrapassadíssimas nem sequer aqui vinham, era este o reparo que eu queria fazer sobre isto, mas continue faz favor, fica o repto. Senhor Presidente lamento a forma como se está a dirigir para mim e é de lamentar efetivamente essa forma como agora desagradável o fez, mas esta questão até foi diretamente para a Assembleia Municipal, nem foi para nós, esta questão de alteração do orçamento da despesa foi para a Assembleia pedido, a Assembleia não tem competências para isso, as instruções foram para a Assembleia alterar este documento da despesa, continuo a dizer e não me ouviu, a Assembleia Municipal não tem competências para alterar o orçamento da despesa, tanto que nós em reunião do Executivo levantou-se a questão e muito bem, o Executivo levantou a questão que essa competência era própria minha. Presidente da Assembleia disse: então porque é que vem aqui? Porque a DGAL diz que disse à Assembleia Municipal, deve haver instruções, o senhor deve ter lá o mail da DGAL. Presidente da Assembleia disse: não temos. Então chamamos aqui a contabilidade, que ela carece da aprovação da Assembleia Municipal, foi só isso. Presidente da Assembleia disse: eu não me recordo minimamente de ver lá..., mas a secretária da Assembleia que é ela que gere a documentação que o diga. Isto já levantou problemas no Executivo e agora aqui”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “Presidente da Assembleia disse: senhor Presidente cria problemas porquê? Porque aqui o que está escrito é para conhecimento e todas as outras são para deliberação, agora digam-me lá o que é que querem que eu faça, só posso alterar, se é para deliberação tem que pedir autorização à Assembleia, que é o que diz o regimento para alterar o ponto e tem que ser aprovado por uma maioria de 2/3, se é isso que quer, agora eu não vou aqui também adulterar um ponto que está cá escrito, que foi sugerido pela Câmara, temos que nos entender, se a própria Câmara nos envia a ordem de trabalhos e nos pede relativamente a este ponto, 3ª alteração do orçamento municipal da despesa, para conhecimento, eu só estou a perguntar à Câmara o que é que quer, eu não vou adivinhar, agora uma coisa é certa a Assembleia não tem poderes para fazer estas alterações porque são tácitas, são do Presidente da Câmara, ao abrigo do 75 são do Presidente da Câmara, então agora porque é que a DGAL diz que são da Assembleia Municipal, eu não me lembro de lá

ver esse documento. Senhor Presidente isto resolve-se da seguinte forma, eu peço autorização à Assembleia para..., não preciso de mais nenhum esclarecimento, se a Assembleia quiser esclarecimento mais pormenorizado vem o técnico. Dispensamos? Então posso continuar. A DGAAL exige que a Assembleia delibere sobre este tipo de alterações para alterar no orçamento a rubrica, uma vez que carece deliberação eu solicito nos termos do regimento alteração deste ponto, ou seja a revogação deste ponto, passaria para 3ª alteração do orçamento municipal de despesa, cortaríamos só para conhecimento e púnhamos para deliberação. Estão de acordo? Ficaria com a seguinte redação: 3ª Alteração do orçamento municipal da despesa – análise e deliberação, esclarecidos que estamos e autorizados para alterar o ponto vou colocar a votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----O senhor Presidente já deu informação sobre o ponto 2.4, alguém deseja intervir? Não havendo intervenções vou colocar a votação. -----

-----O ponto 2.4 foi aprovado por unanimidade. -----

-----O ponto 2.5 com a nova redação vou colocá-lo a votação. -----

-----Aprovado por maioria com zero (0) votos contra, três (3) abstenções e trinta e seis (36) votos a favor. -----

-----Vamos passar ao ponto 2.6 -----

-----**2.6 Regulamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do município de Mogadouro – Análise e deliberação.** -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “houve alteração do regulamento, já estive em fase de discussão pública e o que trazemos aqui é adaptar exatamente o nosso regulamento ao novo Decreto – Lei 10/2015 que veio regular o regime jurídico de acesso a atividades de comércio, serviço e de restauração. Aquilo que nós propomos é que a Assembleia aprove o novo regulamento de horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do município de Mogadouro de acordo com aquilo que têm aí em vossa mão”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “não havendo intervenções vou colocá-lo a votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Passamos ao ponto 2.7 -----

-----**2.7 Pedido da Junta de Freguesia de Travanca para apoio na remodelação de um “lagar” a conceder nos termos do Regulamento de Formas de Apoio às Freguesias do Concelho de Mogadouro - Para conhecimento.** -----

-----Se é para conhecimento, não produzimos qualquer deliberação, todavia se entenderem que devem questionar a Câmara sobre alguma questão relacionada com este ponto, enquanto membros da Assembleia Municipal temos esse direito. -----

-----Não havendo passamos ao ponto 2.8 -----

-----**2.8 Designação de um membro da Assembleia Municipal para integrar a Comissão alargada da CPCJR de Mogadouro em Substituição de Filipa Isabel Serafim Martins.** -----

-----De facto a membro Filipa pediu a sua substituição por motivos profissionais, ela foi designada, ou eleita, melhor dizendo, pela Assembleia Municipal, em primeira mão devia ter sido dado conhecimento à Assembleia Municipal, ela não está aqui senão era isso que eu lhe dizia, embora desse informação via CPCJ, para nós é exatamente igual, só que ela é representante da Assembleia Municipal na CPCJ, como há quatro elementos, dois afetos ao PSD e dois afetos ao PS, sendo ela elemento do PS, só fará sentido que seja o PS a indicar esse membro, que penso que será o caso. -----

----- «Designação -----

-----O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) designa o membro desta Assembleia Municipal, João Fernando Pinto Freitas Meira, para a CPCJ em substituição da membro Filipa Isabel Serafim Martins.» -----

-----Temos que transformar isto em proposta, tem que ficar em ata, a Assembleia Municipal deliberou na proposta que se apresenta, que é esta. --

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “sobre este procedimento a Lei mudou, pedia atenção ao Grupo Parlamentar do PS, PSD, e ao senhor Presidente da Assembleia, a Lei mudou, obriga a registos criminais, devia haver no futuro uma filtração pessoal, outra questão é esta, a pessoa deve morar no concelho de Mogadouro, vão ler a nova Lei sobre isto. Os registos criminais são pessoais e devem ser solicitados pela Assembleia”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “quando formos informados trataremos disso em conformidade, isto de registos criminais parece que agora é para toda a gente que exerce cargos públicos, os professores agora todos os anos têm que apresentar registos criminais e não sei o que é que vai ser daqui para a frente. -----
Eu só pedia à Assembleia para se pronunciar sobre este ponto, mas isto não carece de qualquer dúvida ”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente, eu continuo aqui com as minhas dúvidas, aparece aqui na ordem de trabalhos designação de um membro da Assembleia Municipal para integrar a comissão alargada, etc., a designação, segundo o senhor Presidente compete ao PS e o PS já a fez, agora nós temos que fazer o quê? -----

-----*Presidente da Assembleia disse: votar.* Mas então devia estar aqui eleição não designação, designação é um ato restrito”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “a Lei que

regula o funcionamento da [CPLJ] implica que na sua organização integre um conjunto de individualidades de reconhecido mérito e um dos parceiros dessas individualidades é a Assembleia Municipal e diz no regimento que a Assembleia Municipal integra até quatro elementos, só somos duas forças partidárias e na altura decidimos na conferência de Líderes, embora uma bancada tenha mais expressão eleitoral do que a outra, mas nós dissemos assim, dois de cada lado e foram designados dois do PS, designados depois de eleitos, dois do PS e dois do PSD, os do PSD ainda lá estão, não sei por quanto tempo, mas ainda lá estão, e os do PS, um pediu a substituição e agora a Assembleia soberanamente por decisão de voto vai decidir, temos a proposta do PS, está escrito designação, mas de facto é uma proposta, a apresentar um novo elemento, e é só por esse elemento que vai recair esta deliberação. -----

-----Vou ler o ofício: *Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mogadouro, informo que o membro designado pela Assembleia Municipal (porque nós a designámos depois de eleita) Filipa Isabel Serafim Martins, que integra a Comissão Alargada da [CPLJR] de Mogadouro, já faltou a três reuniões, apesar de ter justificado a sua ausência por motivos profissionais, contudo a mesma manifesta intenção de deixar esta Comissão. Pelo que solicitamos a sua substituição. Relembramos que a pessoa escolhida deverá ser preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área da infância e juventude. Envio o ofício oriundo da Comissão Nacional dos Direitos e Protecção das Crianças e jovens, onde informa a obrigatoriedade de os membros que integram as Comissões entregarem o registo criminal à entidade que representam.* Isto foi o que eu recebi da [CPLJ], todavia o meu reparo é, se a membro foi eleita pela Assembleia e representa a Assembleia, o pedido de substituição devia vir directamente para a Assembleia e não da [CPLJ] para aqui, mas não há inconveniente nenhum, o que está em causa é que nós vamos ter, a pedido da interessada, de a substituir e é nessa perspectiva que eu vou colocar o ponto a votação, não havendo mais dúvidas. -----

-----O ponto foi aprovado por maioria com zero (0) votos contra, uma (1) abstenção e trinta e oito (38) votos a favor. -----

-----Daremos portanto conhecimento de que o senhor João Fernando Pinto de Freitas Meira irá substituir Filipa Isabel Serafim Martins na [CPLJ], a quem agradeço que represente bem a Assembleia Municipal. -----

-----Vamos passar ao ponto 2.9 -----

-----**2.9 Eleição de um representante dos Presidentes de Junta de Freguesia/Unões de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal.** -----

37
Jeh

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “recebo até agora duas propostas, à primeira que chegou vamos designar de A e a segunda de B. Atrevia-me a dizer uma coisa, mas não digo, digo? Quando eu apresentei este ponto na reunião de conferência de Líderes não suscitou dúvidas, como nós tínhamos maioria na Assembleia não valia a pena apresentarem, não sei quê e agora apresentam-me duas, isto é que é democrático. *Cândido Fernandes disse: tendo tido essa conversa eu não apresentava.* Ora não? Muito obrigado pela sua ética. Eu só falei, porque me incitaram, diga, diga, eu digo, quem não deve não teme, mas isto é que é linear, isto é que é bom, cada bancada apresenta a sua, vamos votar, é um nome que está em causa tem que ser por voto secreto, a lei obriga depois pode ser contestado e a Assembleia perde a razão. Entretanto vou lendo, ajuíza-se uma coisa e depois faz-se outra”. -----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** usou da palavra e disse: “é verdade que foi dito em conferência de Líderes, segundo o que diz o senhor Presidente está correto, eu como Líder na altura em que estivemos em reunião, em conferência, disse realmente que não valeria a pena nós apresentarmos proposta, mas quando estivemos em preparação da Assembleia, levantou-se o problema e disseram que era melhor apresentar proposta, é por esse motivo que eu a apresento, não é por outra razão, de qualquer modo ela está aí vamos votá-las”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “peço à Câmara que me providencie uma Mesa de voto, não estava a contar”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “esta situação que agora aqui se gerou é bem demonstrativa daquilo que é o PS e da democracia do PS, também já fui Líder Parlamentar durante muito tempo e esta situação que aqui se verificou é recorrente de elementos do PS a liderarem as bancadas, aquilo que fica acordado em reuniões de liderança depois não se passa aqui, é precisamente o contrário, isso aconteceu várias vezes comigo, acordava-se alguns assuntos que seriam tratados dessa forma nas reuniões e depois quando chegávamos aqui deparávamo-nos precisamente com o contrário, é vergonhoso nos dias que correm, com uma democracia com mais de quarenta anos, é absolutamente vergonhoso, mas isto deve remeter o PSD e a bancada do PSD para outros assuntos, é que ainda no ponto anterior aquilo que aqui foi feito não foi uma designação, dever-se-ia também ter feito uma eleição, porque a [PCJ] são quatro elementos mas nada diz que têm que ser os quatro do mesmo partido, ou se têm que ser dois de cada partido, onde é que isso está escrito? Devia-se fazer uma eleição e porque por acaso nós até temos um bom sentido da democracia partilhámos os dois lugares, *Presidente da Assembleia disse: António desculpa lá, não podes voltar atrás,* estou a falar sobre eleições e atos eleitorais na Assembleia e a democracia desta Assembleia, portanto isto deve servir de exemplo para o PSD que quando houver eleições isso de partilhar os lugares, a bancada que

tem uma larga maioria, de partilhar os lugares com quem tem uma minoria tem que ser repensado, porque se calhar o PSD também tinha elegido quatro elementos na [PCL], ou pelo menos o lugar que hoje ficou vago teria que ir a eleições e não tinha que ser dado de mão beijada ao PS, porque não ir a eleições novamente e elegia-se quem a Assembleia quisesse. Não é verdade?” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “calma, tivemos calma até aqui, vamos continuar a ter calma, a vossa obrigação é colocarem aqui dúvidas quando há dúvidas e é concordarem com as resoluções quando são concordadas, agora o tratamento que nós estamos a dar enquanto Assembleia e o respeito que damos às bancadas é na sequência do que normalmente se faz e também para não acusarem uma das partes que em expressão de maioria exercem essa maioria em prejuízo duma minoria, portanto nós temos tido sempre respeito por ambas as bancadas, se nós temos historicamente sempre desde a fundação da [PCL] quatro elementos que devem ser redistribuídos, julgo que é o que diz na Lei, devem ser redistribuídos em função dos parlamentares, ou seja se estivesse aqui outra força já teríamos que dividir a força menos votada por duas, mas como só temos duas forças o entendimento na altura, quando tivemos que nos pronunciar sobre isso foi repartir dois, dois, portanto que fique claro que estas regras estão a ser cumpridas de acordo com o que se produziu em termos de regimento, pedi aqui ao doutor Antero até para me ver onde é que isso está porque a única coisa que eu me lembro é que as repartições nestas situações devem sempre incidir sobre a incidência do número de parlamentares eleitos, na altura da [PCL] entendemos que fosse assim, não é de agora, dois, dois, substituiu-se, substituiu-se, agora estes desabafos que vêm naturalmente reforçar aquilo que os partidos quando funcionam devem fazer, mas também têm que os partidos funcionar, nós só temos que estar aqui no exercício pleno que nos compete, que é tentar moderar estas propostas no sentido de que as coisas corram bem para a Assembleia, o que nos interessa aqui é eleger pessoas que participem na [PCL]. O que é que a [PCL] nos pede? Que indiquemos pessoas com alguma formação nessa atividade que vão desenvolver, não faz sentido estar a eleger uma pessoa que a [PCL] não lhe diz nada e depois não irem. -----
-----Por conseguinte há mais alguém que queira intervir sobre este ponto?” -----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** usou da palavra e disse: “há coisas que se dizem aqui e que suscitam interpelação, eu tenho procurado dentro do meu espírito ser um representante da Assembleia que dignifique a Assembleia e muitas vezes fico calado para não estar aqui a intervir constantemente e andar ..., porque réplicas e tréplicas estou cheio delas, virem dizer aqui a esta tribuna que é uma vergonha o que eu disse, eu digo, vergonha é ofender terceiros, isso é que é vergonha, quando nem há razão para os

ofender. Agora o que eu quero aqui dizer é que o PS retira a proposta e a vossa segue à votação”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “então o PS retira esta proposta e passa a ser proposta única. -----

----- «A bancada do PSD vem por este meio propor o nome do Presidente da Junta de Freguesia de Paradela, Martinho do Nascimento Major para integrar o Conselho Cinegético Municipal» -----

-----Sobre este ponto alguém deseja intervir, não havendo manifestação de qualquer interesse vou colocar o ponto à votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Finalmente chegámos ao ponto 3. -----

-----**3. Outros assuntos.** -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “uma vez mais para trazer o assunto que inicialmente não me foi permitido falar e em relação a isso dizer-lhe senhor Presidente que afinal o regimento acabou também por não se cumprir, porque depois no ponto seguinte, na aprovação das explorações, no primeiro ponto em que eu quis intervir não valia, foi até feito um ponto de ordem à Mesa, não valia fazer reinscrições, depois houve pessoas que depois de fazer as primeiras inscrições voltarem cá com uma inscrição, já depois do período ter encerrado, porque parece que a justificação era que o assunto era delicado, o meu assunto era simplesmente para agilizar trabalho, era sobre a eleição para as mesas de voto, como já tinha sido falado teria ficado o assunto já arrumado, mas pasme-se que quem se inscreveu foi o senhor Meira que foi precisamente quem na altura fez o ponto de ordem à Mesa para não me deixarem falar, enfim, entretanto já fiz uma intervenção sobre o que é a democracia aqui nesta Assembleia, acho que já disse tudo, para bom entendedor meia palavra basta. -----

-----Dizer também que o meu sentido de voto quando me abstive acerca das alterações ao plano nada foi contra o ponto em causa mas sobre os esclarecimentos que continuo a dizer não foram dados porque o senhor Presidente da Câmara chegou aqui e disse que puxou para si a competência de fazer alterações ao plano e depois afinal a alteração teve que ser votada nesta Assembleia, continuo sem estar esclarecido em relação a isso, convinha que se calhar numa próxima Assembleia nos dissessem quais são as competências claras do senhor Presidente, aquilo que ele pode fazer sem ter que vir à Assembleia e o que é que realmente carece de aprovação nesta Assembleia, nomeadamente quando se trata de alterações ao plano, que são assuntos importantes. -----

-----Em relação aos temas que aqui trago, nomeações para as Mesas das eleições presidenciais, sei que por lei é uma competência exclusiva do senhor Presidente da Câmara, constatei que na Mesa da minha freguesia mudou alguns, outros não os mudou, foram os mesmos. O senhor Presidente saberá porquê, não sei se tem alguma explicação para isso,

também não é relevante, como é competência sua tem esse direito não o discuto, não sabemos qual foi o critério de escolha, o que é de facto espantoso é que um dos elementos que foi convocado de novo para essa Mesa chegou-se ao pé de mim e disse-me que lhe disse o secretário do senhor Presidente que ia receber uma carta porque tinha sido chamado para a Mesa, que ele perguntou quem o tinha convocado e o secretário do senhor Presidente respondeu que foi a senhora Ester, ora sendo essa competência uma competência do senhor Presidente da Câmara eu perguntava-lhe se lhe fez alguma delegação de competências a essa senhora para nomear elementos da Mesa? Eu já referi isso aqui, o senhor Presidente já parafraseou essa senhora em comunicados que circularam lá pela aldeia, num seguidismo que eu disse na altura que não lhe ficava nada bem e continuo com a mesma opinião, agora essa senhora substituir-se ao senhor Presidente para nomear elementos da Mesa é que é para mim um facto absolutamente espantoso, se já tem essas competências não sei onde é que isto chegará, se é outra coisa acho que o senhor Presidente devia explicar a comunicação e os procedimentos que funcionam dentro do seu gabinete que era para as coisas funcionarem como deve ser. -----

-----Visitas às aldeias, já fui contemplado duas vezes, a segunda ainda está a quente nesta passada terça-feira, continuo a dizer que não concordo minimamente com esse tipo de iniciativas da Câmara, acho que é ultrapassar os Presidente de Junta nas suas competências, mas sobre isso já falei noutra altura, penso que isso está explicado. Depois também retraio-me um bocadinho por falar na hora do evento, porque o meu partido seguindo-lhe os passos também convoca reuniões importantes para a mesma hora, se calhar o interesse é o mesmo, é não ter pessoas a discutir os assuntos, mas o que é aqui importante é deixar um alerta aos outros Presidentes de Junta que hão de receber com certeza essas visitas sobre a forma como elas são convocadas, receber uma comunicação numa sexta-feira ao fim da tarde que a reunião se vai realizar na freguesia na terça-feira seguinte, é de facto muito mau quando a comunicação apenas informa que será feita nesse dia, na terça-feira seguinte e que ainda deve ser o Presidente de Junta a fazer as convocatórias ou os avisos às pessoas para estarem presentes, foi assim que aconteceu comigo apesar do secretário do senhor Presidente me ter dito que tinha enviado a carta segunda-feira, o que é certo é que ela chegou à Junta de Freguesia ou quinta ou sexta-feira e ainda bem que estava o senhor Padre presente que confirmou que a que foi para ele também chegou no mesmo dia, porque se não ainda era a minha palavra que ficava em cheque, também já estou habituado, mas temos que acreditar pelo menos na palavra do Padre, mal seria, o que é estranho é que se falou lá que algumas pessoas não viram os avisos, mas compareceram, concluímos o quê? Que afinal a convocatória é feita para quem eles entendem por via travessa, para ter presente as pessoas que com certeza lhe

interessa ter, não sei se para criar algum embaraço ou algum tipo de problema, ou se para outra estratégia que eles saberão como é que funciona, de qualquer das formas fica o aviso e sigam o exemplo até, posso falar nisso, do nosso colega de Vale da Madre, que também foi avisado em cima da hora e recusou-se a recebê-los nesse dia e depois tiveram que ir lá noutro dia, a Câmara também o disse lá, tem uma máquina poderosa de propaganda para muitos eventos, aceitem a sugestão que eu lhe deixei lá, porque não publicitar bem essas reuniões, se querem de facto que as pessoas todas da aldeia vão, mandem folhetos como mandam para a amendoeira, como mandam para todos os eventos que a Câmara realiza, mandem os folhetos para lá a tempos e horas, publique-se que é para as pessoas aparecerem e depois volto a dizer, façam a horas decentes, às duas e meia da tarde não é conveniente, aliás quem trabalha, quem tem um horário de trabalho a cumprir, está automaticamente impossibilitado de estar presente e eu acho que isso não é correto, isso é pôr as pessoas em planos diferentes, aqueles que têm liberdade, ou têm tempo para ir, vão, e os que não têm, não vão certamente faltar aos seus trabalhos para poderem estar presentes e se calhar até tinham interesse em estar, quanto a isso estamos também esclarecidos. -----

-----Boletim Municipal, eu consultei o boletim municipal, até o trouxe ali junto da minha documentação e descobri uma nova forma de fazer política deste Executivo, é a política do cuco, como é que faz o cuco? Põe os ovos no ninho alheio, agora em termos de obras, se calhar por manifesta incapacidade desta Câmara de desenvolver obras vistosas está-se a apoderar das obras das freguesias, aconteceu assim um caso concreto na minha, mas já vi lá mais e já troquei impressões com outros Presidentes de Junta, a Câmara cede as máquinas para essas obras como sempre foi prática corrente neste Executivo e depois puxa essas obras para o boletim municipal, se calhar aqueles menos informados pensarão que também são obras da Câmara, foi assim numa charca que andámos a limpar, uma charca da freguesia de Bemposta que estava rebentada, teve que ser novamente betonada para tapar as fissuras que lá tinha e andou lá uma horas a máquina da Câmara, espanto meu, vem então essa obra no boletim municipal, qualquer pessoa que está a fazer uma leitura descuidada do boletim fica certamente a perceber que aquela também será mais uma obra da Câmara, em relação a isso se querem publicitar deveriam dizer apoio na limpeza de charca ou apoio em limpeza de caminhos, acho que ficava bem, que ficava correto, era a forma correta de fazer as coisas. Em relação a isso sugeria-lhe também que publicassem, não será difícil para o Município o número de horas que as máquinas e os meios da Câmara trabalham em cada freguesia, era interessante também saber isso, outra situação que verifiquei e esta pela positiva, não é só coisas negativas, foi finalmente publicitada a festa da comemoração dos cinquenta anos da barragem de Bemposta, é verdade que

chega com um ano de atraso, mas finalmente a Câmara publicitou-a. -----
-----Eu disse na última Assembleia que gostava de ver ali no lugar do
nosso digníssimo Presidente da República a fotografia do nosso
companheiro de partido, ou ex-companheiro, ainda não está cá, mas para lá
caminha e isso deixa-me muito satisfeito”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “se me permite em relação
aos trabalhos de hoje, não é para fazer nenhuma resenha, o Presidente da
República eleito deixou de fazer as prédicas dominicais na televisão e eu
não me venho aqui substituir a ele, fazer as resenhas, ou dar notas de
exame como o senhor deputado municipal daquele lado, habitualmente tem
aqui dito sobre mim. -----

-----É só uma sugestão mais dirigida à Câmara do que ao senhor
Presidente da Mesa, mas é através de si que eu tento canalizar as minhas
sugestões, isto vem a propósito de pareceres técnicos dados por técnicos da
autarquia com os quais a Câmara normalmente concorda, ora eu queria
chamar a atenção para a Lei 5A/2002 que regula as atividades municipais e
que diz o seu artigo 68, nº2 o seguinte: *é poder do Presidente da Câmara
modificar ou revogar os atos praticados por funcionários e agentes da
Câmara*, portanto a Câmara, o senhor Presidente da Câmara não é obrigado
a seguir cegamente os pareceres dos técnicos, portanto utilizando este
poder discricionário que a Lei lhe confere, se entender que deve passar por
cima dos pareceres dos técnicos da Câmara pode perfeitamente suscitar a
aprovação de interesse público para as explorações que foram objeto de
parecer negativo dos técnicos. -----

-----Senhor Presidente da Assembleia, não sei se isso afeta, não tenho
nada contra para a eleição agora feita para o Conselho Cinegético mas não
sei se tinha que haver votação secreta porque se tratava de um nome, não
sei se teria. *Presidente da Assembleia disse: quando faz referência a nomes
tem que ser por votação secreta, isso está no regimento mas não foi feita
porque uma proposta foi retirada, não havia competição, havia só uma
lista e o entendimento da Assembleia foi que não valia a pena.* Houve
situação igual nas duas votações, na do senhor deputado Meira e do
Presidente da Junta Martinho, houve exatamente a mesma situação, havia
nomes tinha que haver. *Presidente da Assembleia disse: à semelhança de
deliberações anteriores quando há praticamente entendimento unânime a
Assembleia substitui a eleição por voto secreto por votação nominal.* A
Assembleia não, a Mesa. *Presidente da Assembleia disse: A Assembleia, eu
pergunto à Assembleia se há inconveniente em, se não há faz-se assim e
tem sido sempre assim, agora a observação está correta porque o
regimento diz que quando há referência a pessoas deve ser por voto
secreto, salvo se a Assembleia tiver um entendimento melhor, julgo que se
enquadra aí, mas muito obrigado pela recomendação e no futuro é voto
secreto, a Câmara que tenha aqui sempre uma urna, porque de um*

momento para o outro pode haver necessidade de votar e temos aí os meios. De um momento para o outro não, senão estiver na ordem de trabalhos, não tem, a não ser que seja feita uma votação adoc para esse fim. Presidente da Assembleia disse: mas repare as ordens de trabalhos são alteradas às vezes aqui, hoje alterámos um ponto". -----

► **FERNANDO MEIRA** usou da palavra e disse: "eu começava por falar num ponto que normalmente trago aqui e que é um ponto simples, mas para nós tem algum significado que é o problema dos micros, esta reunião de hoje foi evidente nesse aspeto dos micros não funcionarem, gerou-se aqui uma confusão tamanha, porque não pudemos intervir, porquê? É preciso andar a levantar o braço, às vezes o Hugo não está com muita atenção, ou a gente não levanta bem o braço, é sempre uma chatice, isto era uma coisa tão simples mudar isto, penso eu, já lá vão três anos, isto já devia ter sido mudado, essa confusão gerou-se aqui sem necessidade, espero bem que tenham oportunidade ainda neste mandato de o fazer, porque isso seria bom para todos. Relativamente a essa confusão que foi gerada, foi gerada por causa das explorações agrícolas, mas foi gerada também, porque no ponto anterior se tinha colocado um ponto de ordem à Mesa por causa das inscrições para seguir o regimento, ninguém quer cortar a voz a ninguém, toda a gente pode falar, mas tem que se inscrever atempadamente e aquilo que deve ser feito é feito assim, eu considero-me uma pessoa cumpridora e nesta última intervenção o António disse que eu não fui cumpridor também porque no ponto destas explorações eu intervim, pois intervim, mas porque, eu estava sempre à espera que o senhor Presidente da Mesa tomasse a liberdade de explicar às pessoas o que aconteceu, é que o senhor Presidente da Mesa depois de se ter gerado a confusão abriu novamente as inscrições por isso é que eu me inscrevi, caso contrário não o teria feito, considero-me cumpridor mas também gosto que os outros cumpram. O António a quem eu conheço já há muitos anos, pode-se dizer que o vi crescer, mas tenho que o criticar um pouco por isto, não há intervenção quase nenhuma em que ele vem aqui que não faça insulto sempre de alguém, não é necessário a gente falar para as pessoas, dá impressão que anda sempre enraivado, não sei porquê, não há necessidade disso, nós podemos dizer as coisas com naturalidade sem estar a insultar seja quem for, não precisamos disso, para quê? Isso só gera confusões sem necessidade nenhuma, não vale a pena nós estarmos a tomar as dores dos outros. -----

-----Relativamente a um ponto que eu levantei o braço para falar e não consegui falar porque entretanto foi votado, que era o ponto da eleição para o Conselho Cinegético, não viram que eu tinha levantado o braço, não me deixaram falar, de qualquer forma aquilo que eu queria dizer aqui era o seguinte, eu sinto-me mal pela situação criada, sinto-me mal porque fazendo parte de um órgão e fazendo parte do PS, aquilo que foi assumido pelo nosso Líder perante a Mesa não ter seguido até ao fim, eu sinto-me

mal, sinceramente sinto-me mal, eu não estive na reunião de preparação da Assembleia porque senão isso não poderia ter acontecido, porque eu não deixava que isso avançasse, se isso era um erro do PS, o ter assumido que só uma lista é que iria para a frente, esse erro teria que ser seguido até ao fim, esta situação que se gerou aqui foi uma situação crítica, anormal e da qual eu me envergonho”.-----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “senhor Meira depois das palavras que me dirigiu e no mesmo sentido dirijo-me a si perguntando-lhe claramente o que são para si insultos, é que eu não me recorde de alguma vez ter aqui insultado ninguém e quando alguém se sentir insultado, faça o favor de reagir na hora e me dizer claramente qual foi o insulto, se a sessão de hoje provocou algum insulto para alguém estamos agora aqui na hora, no sítio certo, quem se sentiu insultado faça o favor de se dirigir a mim e dizer em que termos, talvez quando me referi aqui a um facto vergonhoso, que o é de facto, estar a combinar uma situação numa reunião e depois no dia seguinte ou passados dois dias ir para uma Assembleia deturpar completamente aquilo que foi combinado antes, para mim é um facto vergonhoso, aliás o senhor Meira por uma situação parecida acabou por dizer aqui que se sentiu envergonhado. Outras situações que eu tenha aqui dito que tenham sido um insulto para alguém não percebo quais, o que eu trago aqui se calhar é de uma forma mais incisiva, mais acutilante e o senhor Meira já reconheceu isso, já o disse por mais que uma vez, são factos concretos, incómodos se calhar para muita gente, mas eu sou assim as coisas têm que ser ditas no sítio certo que é para isso que isto existe, isto é um órgão político, é aqui que se faz a política, é aqui que se devem confrontar as pessoas com os factos, até para lhe dar o direito de responder, isso de fazer política nas costas ou nas mesas do café também não é comigo, sou acutilante e sou incisivo, sou-o aqui, gosto de assim ser, quem se sentir incomodado ou insultado comigo, faça favor de o dizer que é para na hora certa resolvermos os problemas, porque isso comigo não cola, não aceito essa crítica senhor Meira”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “relativamente à questão que colocou aqui o senhor Meira dos microfones, tem inteira razão, todavia o senhor Presidente aqui há uns tempos disse-me que pensava remodelar todo este espaço de funcionamento da Assembleia, ele também concorda que isto não está bem, e não está, é incomodativo, ele também prometeu que ia fazer todo o possível para de facto dar dignidade ao funcionamento deste órgão, porque esta é a casa da democracia. Agradeço a todas aquelas pessoas que intervieram aqui neste espaço da casa da democracia, cada um com as suas convicções e com as suas tomadas de posição, foi isto que preencheu este espaço e que deu origem a esta reunião e como digo quando as questões são importantes para o Município traduzem-se numa vontade de todos em colaborarmos para que

as coisas corram bem, acho que este momento para além da particularidade de alguma acidez, mas também esta acidez resulta do diálogo e do confronto das forças partidárias, normalmente é isso que vemos todos os dias na Assembleia da República, eu acho que sim, que devemos ser mais acutilantes, mais interventivos, de certeza mais interventivos do que aqueles que se sentam e passam o mandato inteiro e nem sequer uma observação fazem, esses é que podem ser criticados por não fazerem, ou por não atuarem, agora aqueles que atuam, essas atuações são importantes e são bem-vindas e isso ajudam-nos também a moderar comportamentos e aprendemos uns com os outros, é essa a nossa função, porque ninguém dos que estamos aqui tirou algum curso autárquico para ser detentor das regras e dos comportamentos autárquicos aqui numa Assembleia Municipal, cada um dá o seu contributo, dá a sua ajuda, não há ninguém melhor do que o outro e é isso que temos que pedir, é assim que nós respondemos àqueles que confiaram em nós. -----

-----Na minha modesta opinião, as intervenções deste ponto não tinham que ser neste ponto, era no período de antes da ordem do dia, como não houve intervenções no período de antes da ordem do dia a Mesa admitiu que fossem agora para que não se queixassem que não os deixaram falar, mas a questão do membro António Martins e de alguns outros era no período de antes da ordem do dia, porque esta parte dos outros assuntos, são assuntos muito, muito secundários que por ventura servirão para as coisas que funcionarem melhor e que não foram ditas, as grandes questões de natureza mais político-partidária, perguntas à Câmara Municipal e etc. têm a sua ênfase no período de antes da ordem do dia, é esta a minha opinião”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “senhor Presidente só mesmo para clarificar uma situação discordando de si sobre o que são assuntos relevantes para o Município, ou não, o entendimento que eu faço desse ponto é que são aqueles assuntos que de facto acrescentam algo à vida do Município, que podem trazer algo, como o próprio nome diz, assuntos de interesse relevante, eu considero que os assuntos que eu trouxe nos outros assuntos relacionados com as Mesas eleitorais, um assunto já passado pouco ou nada acrescentam, esse é o motivo porque não trouxe no período de antes da ordem do dia, porque não os considero relevantes, são outros assuntos porque referi-me a situações já passadas que pouco ou nada acrescentam à vida do Município, mas que faço questão de trazer aqui à Assembleia, convinha era de facto definir o que é que é relevante e o que é que não é”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “a relevância é muito subjetiva, depende do conceito de relevância, o que é relevante para mim, pode não ser relevante para qualquer um dos outros”. -

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “senhor Presidente é só uma

situação que foi discutida na conferência de Líderes, que era sobre o 25 de abril, o senhor já tem alguma resposta, se vai haver comemorações, ou não, do 25 de abril, se vai haver Assembleia nesse dia, como este ano o 25 de abril calha segunda-feira, é feriado, pode haver pessoas que estejam cá ou não, queria saber se já tem algum *feedback* da Câmara sobre isso”.-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “o *feedback* que eu tenho inicialmente fizemos uns contactos que eu dei a conhecer na conferência de Líderes, posteriormente a isso a senhora Vereadora Virgínia telefonou-me que o senhor Presidente queria ter uma reunião prévia comigo e é essa a razão pela qual eu ainda não informei nada, estou à espera que o senhor Presidente me diga como é que quer fazer, a única coisa que eu vou dizer ao senhor Presidente foi o que é que se resolveu na conferência de Líderes, onde estão as forças partidárias, se assim for muito bem, se assim não for terá que haver alterações, eu dá-las-ei a conhecer *à posterior*, neste momento o que me foi pedido foi que tudo aquilo que se tinha combinado é para parar e que o senhor Presidente iria ter uma reunião comigo e eu atempadamente darei essa informação não sei por que processo, mas darei essa informação da resolução que vai haver, aquilo que eu vou dizer ao senhor Presidente da Câmara é o que se resolveu na conferência de Líderes, se assim for muito bem, se assim não for eu não farei nada também sem ouvir novamente a conferência de Líderes, nem que tenha que novamente convocar-vos para tornar outra vez a discutir o assunto, só estou à espera que o senhor Presidente da Câmara me diga qual é a metodologia que entende melhor, se bem que isto tem sido sempre uma atividade semblante da Assembleia Municipal, o 25 de abril, portanto é à Assembleia Municipal que compete e então havendo dúvidas ou desvios daquilo que eu vos comuniquei em função do programa que nos foi posto à consideração, se houver eu convocarei novamente o grupo de Líderes para decidirem sobre a forma como é que vamos glorificar esse dia.-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra à Segunda Secretária da Mesa para que procedesse à leitura da ata em minuta. -----

-----A Segunda Secretária da Mesa, Maria Teresa Cordeiro Afonso, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- Finda a leitura da ata o senhor Presidente da Assembleia pôs à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na sessão se tornasse executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. -----

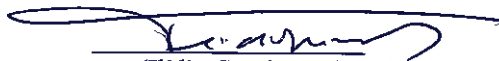
-----Às doze horas e dez minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria Isabel Sarmento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio,



(Maria Isabel Sarmiento Martins Preto)

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Ilídio Granjo Vaz)

¹⁾ Esta ata é constituída por 13.526 palavras, distribuídas por 29 páginas.

